



## ***Câmara dos Deputados***

**REQUERIMENTO Nº         /2013**  
(Dep. Guilherme Campos)

Revisão de despacho do Projeto de  
Lei nº 2.497, de 2011.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a revisão do despacho proferido ao PROJETO DE LEI Nº 2.497-A/11 - do Sr. Zé Silva - que "dispõe, no que se refere às unidades consumidoras de energia elétrica da classe rural, sobre o prazo de restabelecimento do fornecimento e acerca da reparação de prejuízos causados por falha do sistema de distribuição" e a consequente remessa desta matéria à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC, com fulcro no art. 32, VI, “c”, que tem competência temática para deliberar o respectivo projeto.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O PL nº 2.497, de 2011, tem como objetivo principal determinar que as concessionárias, permissionárias e autorizadas do serviço público de distribuição de energia elétrica restabeleçam, em até oito horas, o fornecimento às unidades consumidoras da classe rural, no caso de interrupção não programada. Prevê ainda que no descumprimento desse prazo, a empresa prestadora de serviço de distribuição de energia deverá creditar na fatura seguinte da unidade consumidora afetada cinquenta por cento do montante faturado no mês imediatamente anterior.



## ***Câmara dos Deputados***

Na justificativa do projeto, o autor relata o que o motivou a apresentar a proposição. Afirma que o prazo concedido às distribuidoras, para o restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, é fixado por norma da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, que, contudo, “ignora, por completo, a realidade da atividade agropecuária”.

Fica claro que a matéria regula a relação comercial entre dois setores da economia: o de distribuição de energia e o setor de produção agrícola e pecuária. Desta forma, além de possuir potencial de profundos impactos econômicos para as firmas prestadoras de serviços de fornecimento de energia elétrica (setor terciário), o Projeto de Lei pode aumentar o custo das operações, afetando a rentabilidade do negócio, e, por consequência, a atratividade do setor para novos investimentos. Por outro lado, a proposição gera benefícios para o agronegócio, diminuindo perdas, maximizando seu resultado operacional e influenciando a competitividade de seus produtos no mercado nacional e internacional.

Como demonstrado, o PL 2497-A/2011 trata claramente da regulamentação da interação econômica entre dois importantes setores de nossa economia: distribuição de energia (setor terciário) e agricultura, assunto de competência da CDEIC, conforme dispõe o art. 32,VI, “c” do RICD.

Dessa forma, requeiro a revisão do despacho inicial, apostado ao projeto em tela, para que seja incluída a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC), a fim de que se manifeste quanto ao mérito do PL 2497-A/2011.

Salas das Sessões, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

Deputado **Guilherme Campos**  
PSD/SP